

política



Repórter Brasília
Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Gargalos no mercado de proteínas



JOHN THNS/AFP/IC

A entrada em vigor das restrições impostas pela União Europeia à carne brasileira, nesta quinta-feira, acende um sinal de alerta de grandes proporções para a cadeia agropecuária do Rio Grande do Sul. Por se tratar de um mercado exigente e de alto valor que funciona como referência sanitária global, a perda de espaço ameaça a imagem da proteína nacional e abre caminho para a consolidação de concorrentes. O gargalo mais crítico envolve a pecuária bovina, cujo ciclo de produção leva cerca de dois anos e passa por diferentes propriedades rurais, tornando a rastreabilidade animal uma condição central e inegociável de competitividade internacional. Em contrapartida, a ampliação temporária por 90 dias da cota de importação nos EUA abre uma janela para os frigoríficos brasileiros, mas o setor avalia que negócios temporários não substituam clientes permanentes. Para o estado gaúcho, onde a produção de proteína animal impulsiona empregos, renda e o parque industrial, a conjuntura reforça a urgência de preservar mercados tradicionais e diversificar novos compradores globais.

Prevenção contra barreiras internacionais

Atento aos desdobramentos dos embargos externos, o deputado federal gaúcho Heitor Schuch (PSD), agricultor e integrante da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, defende a urgência de uma postura proativa e preventiva por parte do governo federal frente a contenciosos comerciais. O parlamentar gaúcho acumula a experiência de ter integrado, em 2018, a comissão externa da Casa criada para acompanhar os efeitos do embargo europeu à carne de frango brasileira. Para Schuch, o histórico das crises no setor demonstra que o Brasil não pode limitar suas ações a respostas reativas, adotadas somente após o fechamento dos mercados, devendo fortalecer de maneira contínua o ecossistema de controle sanitário e a diplomacia comercial.

Política de cuidados e igualdade no trabalho

O deputado federal gaúcho Bohn Gass (PT) defendeu a incorporação da Convenção 156 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) ao ordenamento jurídico do País. Encaminhada pelo governo federal ao Congresso Nacional, a proposta estabelece diretrizes para proteger trabalhadores com responsabilidades familiares, impedindo que os encargos domésticos resultem em discriminação no mercado e assegurando igualdade de remuneração para funções equivalentes. O parlamentar deu destaque à sobrecarga histórica enfrentada pelas mulheres, citando a rotina de mães que mantêm vínculo empregatício e dedicam-se ao acompanhamento de filhos com deficiência ou autismo: “Essas mães já têm uma dupla jornada e precisam ter uma política pública de cuidados. Trabalham e cuidam da família. É fundamental ter essa política”. Para o deputado gaúcho, a medida é essencial para conferir reconhecimento econômico e amparo legal ao trabalho de cuidado.

Unificação de PECs sobre jornada de trabalho

O senador gaúcho Luis Carlos Heinze (PP) protocolou um requerimento solicitando a tramitação conjunta de duas PECs. Ambas as propostas de emenda à Constituição tratam de alterações nas regras da organização do trabalho, escalas e períodos de descanso dos empregados. O parlamentar argumenta que a análise unificada viabiliza a avaliação integrada das alternativas e de seus reflexos econômicos e sociais.

MP da taxa das blusinhas passa em comissão mista

Medida, que caduca no próximo dia 8, precisa ser analisada em plenário

/ CONGRESSO NACIONAL

A Comissão Mista do Congresso Nacional que analisa a medida provisória (MP) da taxa das blusinhas aprovou, ontem, o texto que zera o imposto de 20% sobre compras internacionais até US\$ 50 (cerca de R\$ 257) feitas pela internet por meio de remessas postais. A medida agora segue para análise dos plenários da Câmara e do Senado. A expectativa é de que a MP 1.357 de 2026, editada pelo Executivo, seja aprovada nas duas casas nesta semana, pois perde a validade na próxima terça-feira.

Ao defender a aprovação da proposta, a relatora da MP, senadora Leila Barros (PDT-DF), citou a isenção de tributos federais para brasileiros que se deslocam ao exterior e podem adquirir até US\$ 1 mil em compras sem impostos. “Há uma clara assimetria entre o tratamento das compras internacionais feitas pelos mais ricos e aquelas realizadas pelas famílias mais carentes. Tributar pesadamente essa remessa, ao mesmo tempo em que se preservava a generosa isenção de bagagem, equivale a proteger o consumo do mais rico e onerar o do mais pobre.”

Leila Barros fez alterações na MP que chegou do Executivo, acatando emenda que zera o imposto de importação de medicamentos que não tem versão similar no Brasil.

A MP aprovada na Comissão ainda prevê uma redução de 60% para 30% da alíquota de importação para compras de até US\$ 3 mil por

remessas postais vindas do exterior.

A mudança prevista na MP foi criticada pelo senador Izalci Lucas (PL-DF), que argumentou que a redução das alíquotas deve prejudicar os produtores nacionais. “Nós somos favoráveis de não taxar. Agora, temos que ter isonomia. Como vamos incentivar o trabalhador chinês em detrimento do nosso trabalhador?”

A senadora Leila Barros ainda incluiu na MP a previsão de uma avaliação periódica, a ser feita pelo Ministério da Fazenda, para analisar os efeitos econômicos da isenção proposta. A senadora fez a alteração para atender a uma preocupação apresentada pelo setor produtivo e busca garantir dados e transparência para acompanhar os efeitos da política, informou a sua assessoria.

A Fazenda deverá apresentar um primeiro relatório em novembro,

com novas avaliações a cada seis meses com informações de indicadores como emprego e renda, competitividade nacional e arrecadação.

A avaliação periódica da política de isenção dessas importações deve ainda ser acompanhada por setores empresariais de têxteis e vestuário; calçados; acessórios; brinquedos e cosméticos. O regime de tributação diferenciado para essas compras ainda terá que passar por avaliação anual do Congresso.

A MP da taxa das blusinhas sofre oposição de setores empresariais nacionais que alegam concorrência desleal por parte de empresas estrangeiras, em especial, da China.

Já o governo argumenta que a MP favorece o consumo popular e contribui para formalizar essas operações, reduzindo a informalidade e a evasão fiscal.

AGÊNCIA BRASIL/DIVULGAÇÃO/JC



Colegiado acolheu relatório favorável da senadora Leila Barros (d)

Aprovado na CCJ, fim 6x1 ainda irá à sessão plenária

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou ontem o relatório da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que acaba com a escala 6x1, em que o trabalhador tem apenas um dia de folga semanal.

A proposta foi aprovada em votação simbólica, quando não há declaração ou contagem de votos.

A aprovação na comissão é a penúltima etapa na tramitação. O texto ainda precisa ser analisado no plenário do Senado, onde são necessários votos de 49 dos 81 senadores. A base do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) trabalha para que isso aconteça pelo menos antes do segundo turno das eleições.

O relatório do senador Omar Aziz (PSD-AM) reproduziu integralmente o texto aprovado pela Câmara dos Deputados em maio. Até o início da votação na CCJ, 36 emendas haviam sido apresentadas, e todas foram rejeitadas pelo relator.

A maioria delas foi apresentada pela oposição. Eram tentativas de evitar a redução na jornada semanal, evitar a concessão de dois dias de folga para que apenas um fosse remunerado e de aumentar o período de transição.

A oposição pediu vistas na discussão, o que levou a reunião da CCJ a ser suspensa por cerca de 2 horas, nesta quarta-feira, como parte da estratégia para conter a

votação. Mas governistas insistiram na votação e, após o prazo, o presidente da comissão, Otto Alencar (PSD-BA), que é da base de apoio do governo, levou a PEC à votação.

Bolsonaristas já admitiam na véspera que o assunto gerava desgaste eleitoral para senadores que são candidatos.

Por isso, o enfrentamento ao andamento da proposta foi deixado a senadores que não disputam as eleições deste ano, como é o caso de Rogério Marinho (PL-RN), líder da oposição no Senado e coordenador da campanha do senador Flávio Bolsonaro (PL) a presidente.

O candidato não participou da votação na comissão e evitou falar sobre o projeto.